

TÍTULO: Um comparativo entre as regras contábeis americanas, internacionais e brasileiras para a contabilização das operações de *hedge*.

Autoria: Edwin Pinto de La Sota Silva, Jaildo Lima de Oliveira,
Josias Fernandes de Aragão Júnior

RESUMO: O presente artigo busca contribuir para o aprofundamento do estudo das operações de *hedge*, principalmente no que tange ao *hedge accounting*, sistemática de contabilização de operações de *hedge* feitas, geralmente, com instrumentos financeiros derivativos. É apresentada uma revisão conceitual sobre o tema, são discutidas as situações nas quais esta contabilização especial pode ser adotada e, ainda, é feita uma comparação da contabilização do *hedge accounting* segundo as normas do FASB, do IASB e vigentes no Brasil. O trabalho demonstra que há uma tendência de harmonização na contabilização do *hedge accounting*, sendo que a norma brasileira tem o menor grau de especificidade e relaciona-se mais com as normas internacionais.

1. INTRODUÇÃO

Com o desenvolvimento da gestão de riscos e dos instrumentos e operações que viabilizam a realização da proteção contra esses riscos, ficou evidenciado que o modelo contábil para registro e acompanhamento dessas operações era precário e não refletia as alterações e riscos atrelados a estes mecanismos de proteção.

Destaca-se que o desenvolvimento dos instrumentos financeiros nos últimos 30 anos se deu, principalmente, pela utilização dos derivativos. A crescente utilização desses instrumentos financeiros não foi acompanhada de um desenvolvimento paralelo da contabilidade com vistas a representar estas operações de uma maneira fidedigna.

A contabilização dos instrumentos financeiros tem sido objeto de discussão tanto no meio acadêmico como no âmbito dos profissionais da área contábil nesse período. A busca pelas organizações da melhor maneira de contabilizar e evidenciar tais operações é um dos principais desafios perseguidos pela contabilidade moderna, uma vez que tais instrumentos envolvem riscos e movimentam valores significativos.

O mecanismo de *hedge accounting* é fruto desse desenvolvimento na contabilização dos instrumentos financeiros derivativos e recentemente foi incorporado à regulamentação contábil das instituições financeiras nacionais, por meio de normas expedidas pelo Banco Central do Brasil - BCB.

Analisar o verdadeiro significado desse procedimento contábil é importante para a compreensão e evidenciação dos riscos a que estas entidades estão sujeitas, uma vez que um dos objetivos dessa contabilidade específica é o de permitir ao usuário da informação contábil um melhor entendimento das estratégias adotadas na gestão dos riscos.

Dessa forma o presente estudo aborda os conceitos de *hedge* e *hedge accounting*, buscando sua fundamentação teórica, características e principais vantagens e desvantagens. Em seguida apresenta e faz um comparativo das regras contábeis publicadas pelo FASB, pelo IASB e das emanadas do Banco Central do Brasil, aplicáveis às instituições financeiras nacionais.

2 Arcabouço Conceitual do Hedge

Para o *American Institute of Certified Public Accountants* – AICPA, o *hedge* é conceituado de forma abrangente, não restrita apenas ao universo dos derivativos:

Hedging connotes a risk alterations activity to protect against the risk of adverse price or interest-rate movements on certain of a institution's assets, liabilities, or anticipated transactions. A hedge is a defensive strategy. It is used to avoid or reduce risk by creating a relationship by which losses on certain positions (assets, liabilities, or anticipated transactions) are expected to be counterbalanced in whole or in part by gains on separate positions in another market. (AICPA, 2000, p. 234).

Como destacado no texto acima, o *hedge* é uma estratégia defensiva ou de proteção, na qual, determinadas posições são estabelecidas para que se evite perdas em posições anteriormente assumidas. Nesse contexto, não é possível pensar em montar uma estratégia de *hedge* objetivando obter lucros na operação. É importante e necessário conhecer os instrumentos utilizados na operação de *hedge* e os riscos inerentes a esses mecanismos, como conclui o AICPA:

The use of various financial instruments to reduce certain risks results in the hedger's assuming a different set of risks. Effective control and management of risks through hedging, therefore, require a thorough understanding of the market risks associated with the financial instrument that is part of the hedging program (AICPA, 2000, p. 234).

Em termos financeiros como pode ser conceituado o *hedge*? Quais são as ferramentas existentes para sua implementação? Uma interessante conceituação é apresentada por Yoshitake e Hoji. Nela, o *hedge* também é definido de maneira ampla não se limitando a um instrumento financeiro específico:

O *hedge* consiste em assumir uma posição no mercado, para que os resultados econômicos e financeiros sejam do mesmo valor absoluto, mas de sentido oposto aos produzidos pelos ativos ou passivos em questão, anulando eventuais variações em seus preços. (YOSHITAKE e HOJI, 1997, p. 138)

Por esta definição, o *hedge* caracteriza-se por apresentar um modelo simétrico, no qual as variações no preço do ativo objeto de *hedge* são compensadas pelas variações no preço do instrumento utilizado para proteger o referido ativo. É importante salientar que com o *hedge*, trava-se tanto a possibilidade de perda quanto a de ganho, nivelando-se o preço do item protegido em um valor previamente definido. Sabe-se, no entanto, que é muito difícil fazer operações de proteção que garantam um *hedge* perfeito ou totalmente simétrico, no qual o valor exato da variação do item protegido corresponda à variação do instrumento de proteção. Hull (1996, p. 87) citando um operador de mercado expressa que “o único *hedge* perfeito está num jardim japonês”.

Este último autor aponta, ainda, que podem existir duas estratégias para *hedge*. A primeira é a do *hedge and forget* que presume que uma vez montada a operação de *hedge*, não é preciso ajustá-la ao longo do tempo de duração da operação. A segunda estratégia é a do *hedge* dinâmico que exige um monitoramento rigoroso e ajustes constantes nas posições assumidas.

Para Silva Neto (1999, p. 28) o *hedge* é uma operação realizada no mercado de derivativos que visa proteger determinado ativo objeto de um contrato contra a possibilidade de oscilações de um preço, taxa ou índice, livrando o investidor de riscos inerentes à sua atividade econômica principal, fazendo com que o mesmo abra mão de possíveis ganhos futuros para não incorrer em riscos que possam redundar em perdas.

A vinculação do *hedge* a derivativos feita por esse autor talvez ocorreu pois o livro em referência trata exclusivamente desses instrumentos financeiros. Todavia, sabe-se que as operações de *hedge* podem envolver outros instrumentos financeiros.

Do mesmo modo, deve ser considerado que os riscos não se limitam à atividade econômica principal. Como exemplo pode-se citar uma empresa comercial que faz uma operação de *hedge* para proteger aplicações temporárias de disponibilidades não vinculadas ao seu giro diário. Dessa forma, está sendo realizado um *hedge* para proteção de um ativo que teoricamente não está vinculado às atividades econômicas principais.

2.1 As características do Hedge

As operações de *hedge* apresentam características específicas que as distinguem das demais modalidades de operações financeiras. São elas:

- Ganhos e Perdas: pode ser destacado inicialmente que como o objetivo do *hedge* é neutralizar o risco, as possibilidades de ganhos ou perdas futuras são anuladas, nivelando os ativos/passivos protegidos em um determinado nível de preço.
- Hedges Perfeito e Imperfeito: O *hedge* perfeito é aquele em que as variações nos preços do item protegido são compensadas integralmente pelas variações, em sentido contrário, nos preços do instrumento de proteção. O *hedge* imperfeito caracteriza-se pela ineficiência do *hedge*, uma vez que o mesmo não é capaz de proteger totalmente o item objeto de proteção. A situação prática mais comum é a do *hedge* imperfeito. As principais dificuldades para a realização de um *hedge* perfeito são essas (Borges, 2002, p. 21):
 - ⇒ Tamanho dos contratos: nem sempre os itens objeto de proteção e os instrumentos de proteção possuem contratos do mesmo tamanho;
 - ⇒ Não há instrumentos de *hedge* para todos os tipos de ativos: esta é uma situação verificada principalmente no mercado brasileiro, onde a disponibilidade e a liquidez dos contratos ainda é muito restrita a alguns instrumentos;
 - ⇒ A data para a compra ou venda do produto que se quer proteger pode ser incerta;
 - ⇒ O vencimento do *hedge* pode ser diferente do vencimento da posição a ser protegida. Este descasamento de prazo é muito comum e decorre da ausência de uma grande variedade de instrumentos de proteção;
 - ⇒ Manipulação: há uma grande preocupação, principalmente dos órgãos normatizadores, acerca da possibilidade de manipulação dos instrumentos financeiros visando obter resultados predefinidos;
 - ⇒ Tributação: o efeito da carga tributária contribui para que haja descasamentos entre os valores protegidos e as posições utilizadas na proteção.

2.2 A montagem de uma operação de hedge

Algumas etapas devem ser observadas quando da montagem de uma estratégia de *hedge*. Borges (2002, p. 23) apresenta-as de forma resumida:

- I. Levantamento de todas as operações que possam impactar o fluxo de caixa da empresa (inclusive derivativos);
- II. Apuração das exposições ao longo do tempo (diferenças entre ativos e passivos sensíveis às mudanças de taxas);
- III. Verificação da coerência entre as exposições assumidas e a expectativa de mudança de taxas;
- IV. Definição de limites máximos de risco, dados pelas exposições e pelos custos operacionais com instrumentos financeiros utilizados no *hedge*;
- V. Simulação das estratégias e da utilização dos instrumentos financeiros utilizados para *hedge*; e
- VI. Acompanhamento da operação de *hedge* ao longo do tempo para definir reversão ou rolagem. A reversão elimina a posição inicialmente assumida por meio da realização de uma operação inversa à anteriormente contratada. A rolagem das operações de *hedge* caracteriza-se renovação dos contratos, ajustando a data de vencimento das operações de proteção às que estão sendo cobertas.

3 Conceito e Fundamentação Teórica para o Hedge Accounting

A contabilização das operações com instrumentos financeiros utilizados em estratégias de *hedge* é comumente chamada de *hedge accounting*. Mas qual o conceito ou a idéia desse mecanismo de contabilização?

O *hedge accounting* pode ser entendido como um tratamento contábil específico no qual os ganhos e perdas verificados com instrumentos financeiros utilizados para proteção (*hedging instruments*) devem reconhecidos paralelamente aos ganhos e perdas nas posições objeto do *hedge* (*hedged items*), em atenção ao princípio da confrontação entre receitas e despesas (*matching principle*).

Como exemplifica a FIPECAFI (2000, p. 489), os ajustes diários, decorrentes de venda de contratos futuros feitos por uma empresa que pretende garantir preços para suas mercadorias no futuro, só devem ser reconhecidos no momento em que a transação efetivamente ocorrer, reconhecendo-se no resultado somente o montante líquido ou a parcela não-efetiva do *hedge*.

No que tange ao princípio da confrontação das receitas e despesas, Hendriksen (2000, p. 237) afirma que uma vinculação entre despesas e receitas ocorre quando é encontrada uma relação razoável entre as mesmas. Essa associação nem sempre é uma tarefa simples, exigindo em algumas situações certo grau de abstração. Iudícibus (2000, p. 58) nomeia tal princípio apenas como “confrontação da despesa”. Este autor procede a análise do mesmo vinculando-o ao princípio da realização da receita, pois para ele o reconhecimento da receita e a apropriação da despesa estão ligados intimamente. A visão conjunta desses dois princípios explica o regime de competência.

Sendo assim, a prática do *hedge accounting* está baseada na aplicação desses princípios, uma vez que receitas/despesas decorrentes das variações nas posições protegidas devem, em tese, ser contabilizadas paralelamente às despesas/receitas oriundas dos instrumentos de proteção.

3.1. As propostas anteriores ao *Hedge Accounting*

Com o desenvolvimento da gestão de riscos e dos instrumentos e operações que viabilizam a realização da proteção contra esses riscos, ficou evidenciado que o modelo contábil para registro e acompanhamento dessas operações era precário e não refletia as alterações e riscos vinculados a estes mecanismos de proteção.

Esta incapacidade só aumentou a desconfiança e os riscos inerentes as operações financeiras, uma vez que tais operações não eram retratadas claramente nas demonstrações contábeis, aumentando o temor acerca dos instrumentos financeiros, em especial, os derivativos.

Como não existia um padrão para a contabilização das operações de *hedge*, os vários procedimentos adotados geravam distorções e anomalias de toda ordem. Podem ser citadas distorções no que tange a mensuração dos ativos e passivos envolvidos nessas operações, haja vista que enquanto algumas empresas contabilizavam as operações baseados na informação de custo histórico, outras passaram a adotar o *fair value*¹. Como então seria possível comparar informações baseadas em critérios tão distintos?

Por essa e outras questões, os profissionais e estudiosos de contabilidade em todo o mundo buscavam uma uniformização das práticas contábeis relativas às operações de *hedge*. Algumas alternativas foram propostas e outras adotadas, conforme demonstra Alves (2001):

- Não proceder qualquer contabilização específica para as operações de *hedge* – a principal argumentação para este posicionamento está no fato de que uma contabilidade específica além de prejudicar a comparabilidade das informações poderia ter custos elevados.
- *Full-deferral hedge accounting* – nesse método ocorre o diferimento da variação total no valor justo do instrumento financeiro, pelo ajuste contábil das posições protegidas ou pela evidenciação de um ativo ou passivo associado à cobertura de um compromisso firme não-reconhecido ou de uma transação prevista. Este método foi consagrado no FAS 80 – *Accounting for Futures Contracts*² e foi o mais utilizado durante muito tempo, até o advento do FAS 133³. O método apresentava dificuldades conceituais pois caracteriza como ativos e passivos itens que à luz da teoria contábil não se enquadravam nas definições de tais elementos. Outra dificuldade do método era que a totalidade dos resultados era diferida independentemente de uma avaliação da efetividade do *hedge*;
- Mensuração de todos os instrumentos pelo *fair value* – essa alternativa resolve o problema da comparabilidade na medida em que todos os agentes trabalhariam com critérios que permitiriam a comparação dos valores dos instrumentos financeiros. Existem críticas principalmente de conservadores que pensam que a adoção do *fair value* apenas para alguns itens patrimoniais poderia distorcer o conjunto das informações.
- Mensuração do instrumento de *hedge* e do item objeto de *hedge* pelo *fair value* – neste caso, somente as posições envolvidas na operação de *hedge* estariam sendo mensuradas pelo *fair value*. Esta sistemática permitiria que todas as variações nos instrumentos de *hedge* e nas posições protegidas seriam evidenciadas no resultado imediatamente. No entanto, não seria evidenciado o *hedge* de transações previstas. A simples adoção desse critério sem a verificação do relacionamento entre item protegido e objeto de proteção poderia resultar na possibilidade de manipulação de resultados a partir da classificação das operações como de proteção.

- Reconhecimento dos resultados não-realizados no Patrimônio Líquido (PL) – O método consiste em adotar o *fair value* para todos os derivativos e classificá-los segundo a intenção, ou seja, de proteção ou não. O resultado das operações com derivativos que não fossem utilizados para proteção transitariam de imediato pelo resultado do exercício. Os ganhos e perdas com os derivativos utilizados para proteção seriam contabilizados no PL até serem reconhecidos no resultado do período, por sua realização e independentemente das variações do item protegido. Tal método foi descartado pelo FASB pois havia preocupações quanto a manipulação da informação financeira por parte de gestores da empresa uma vez que os instrumentos financeiros podem ser operacionalizados de forma a fixar resultados. Outra dificuldade do método é que o mesmo não relaciona as variações no valor das posições protegidas com as variações no valor dos instrumentos de proteção;
- Modelo dos instrumentos financeiros compostos – a idéia básica desse método resulta da associação de dois ou mais instrumentos financeiros, criando um novo instrumento financeiro que seria evidenciado nas demonstrações contábeis. Como o modelo não reconhece os derivativos nas informações financeiras, não mensura os derivativos pelo valor justo, dificulta a evidenciação das operações com instrumentos financeiros derivativos e não pressupõe um tratamento uniforme para a contabilização dos instrumentos financeiros derivativos, em especial, as de *hedge*, o mesmo não pode ser viabilizado.

Como será observado no desenvolvimento do estudo, o modelo atualmente mais utilizado para a contabilização do *hedge accounting* abrange uma combinação dos critérios acima apresentados.

3.2 Vantagens e Desvantagens do *Hedge Accounting*

Embora o *hedge accounting* seja uma prática já conhecida e adotada na contabilidade de vários países, não há um consenso sobre sua utilização, conforme se observa em artigos publicados em revistas especializadas⁴. Em um recente trabalho, publicado na *Accounting Horizons*, são feitos comentários por um Comitê relativos à uma proposta de eliminação do *hedge accounting* feita por um grupo de trabalho (*Joint Working Group* - JWG) da *American Accounting Association* – AAA:

The JWG proposes eliminating “special accounting for financial instruments that are entered into as part of risk management activities” (para. 153), which we refer to as “hedge accounting.” [...] The JWG states that there is no “conceptual or practical” reason for derivative instruments to be an exception to the elimination of hedge accounting. (RYAN, et al, 2002, p. 81).

As principais desvantagens do *hedge accounting* apontadas pelo Comitê que analisou o trabalho realizado na AAA referem-se ao prejuízo na comparabilidade entre exposições a riscos protegidas e não-protegidas, ao não reconhecimento de ganhos ou perdas com os instrumentos de proteção no resultado do exercício em que eles ocorrem e à possibilidade de manipulação de resultados em função da discricionariedade que existe para a escolha dos instrumentos de proteção e nas formas de calcular a efetividade do *hedge*.

A opinião dos autores do artigo, contudo, é contrária a do grupo de trabalho, pois os mesmos afirmam:

We recognize that hedge accounting has disadvantages given fair value accounting for financial instruments. However, based on our analysis of the literature, we conclude that the advantages of such hedge accounting outweigh the disadvantages. (RYAN, et al, 2002, p. 83).

A principal vantagem do hedge accounting apontada é que o reconhecimento dos efeitos do *hedge*, tanto nos instrumentos de proteção quanto nos itens protegidos são reconhecidos no mesmo período e na mesma proporção. Dessa forma ocorre uma redução na volatilidade contábil, uma vez que o propósito do *hedge* é diminuir a volatilidade nos resultados ou fluxos de caixa, o que contribui para uma melhor avaliação e evidenciação das transações de *hedge*.

Outros autores como Phillips e Karow (2000) argumentam que a adoção do *hedge accounting* e das demais determinações do FAS 133, que trata da contabilização dos instrumentos financeiros derivativos e das operações de *hedge*, tornariam o planejamento dos programas de *hedging*, realizados pelas instituições financeiras, mais complexo e oneroso, com aumento da volatilidade dos resultados e do patrimônio líquido dessas entidades. Por outro lado, tais autores demonstram que o pronunciamento do FASB pode criar muitas oportunidades de negócios, principalmente para os bancos.

4 A Contabilização das Operações de Hedge

A Contabilidade segue padrões contábeis diferentes ao redor do mundo. Cada país possui práticas e procedimentos peculiares que geralmente estão atrelados à questões culturais, legais e até mesmo ao nível de conhecimento e pesquisa em torno de determinado tema. A contabilização das operações com instrumentos financeiros reflete essa situação, embora já se perceba uma forte tendência de harmonização. Será apresentado a seguir os procedimentos contábeis relativos aos instrumentos financeiros usados para *hedge* adotados nos EUA, baseados nas orientações do FASB, os propostos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e os determinados na legislação brasileira, principalmente, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional – SFN, destacando as principais diferenças existentes entre os diversos modelos.

4.1 A contabilização das operações de *hedge* nos EUA

Um divisor de águas para a contabilidade de instrumentos financeiros e que consolidou a classificação dos derivativos em função da intenção manifestada pelo agente foi o advento do FAS 133 *Accounting for Derivative and hedging instruments*, o qual disciplinou a contabilidade estadunidense no tocante aos derivativos e outros instrumentos financeiros e serviu de *benchmark* para o estabelecimento de normas contábeis para derivativos ao redor do mundo.

Este pronunciamento foi resultado de um grande período de estudos e debates sobre a melhor maneira de contabilizar os instrumentos financeiros derivativos (Wilson e Bryan, 1998). Como comentado no item anterior, já havia procedimentos e práticas para a contabilização dos instrumentos financeiros derivativos, que inclusive determinavam a utilização do *hedge accounting*, embora de forma restrita. O próprio FASB já havia editado o FAS 52 *Foreign Currency Translation*⁵ e o FAS 80 *Accounting for Futures Contracts*⁶. No entanto, tais pronunciamentos limitavam a utilização do *hedge accounting* apenas para operações em moeda estrangeira e contratos futuros, respectivamente, sendo inconsistentes com outras atividades de *hedge* (Johnson, et al, 1994).

O FAS 133, diferentemente dos outros pronunciamentos do FASB, não é uma norma de caráter geral. Suas determinações e nuances pressupõem situações específicas o que o torna, para muitos autores, extremamente complexo (Cardozo e Costa Junior, 2001; Wilson e Bryan, 1998). As linhas gerais do pronunciamento, especialmente no que tange à contabilização de operações de *hedge* são estas:

- Os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos como ativos ou passivos nas demonstrações contábeis. Até então tais operações tinham a natureza *off balance sheet* (Saunders, 2000, p. 249-251);
- Tais instrumentos devem ser mensurados pelo *fair value*. Na definição do próprio FASB por meio do FAS 107⁷ o *fair value* é o valor pelo qual um ativo ou passivo pode ser negociado numa transação corrente entre duas partes. O FASB considera o *fair value* a medida mais relevante para instrumentos financeiros e a única medida relevante para derivativos;
- É necessário haver uma forte correlação entre o instrumento derivativo e o ativo objeto de *hedge*; e
- O *hedge accounting* só é aplicado em operações previamente estruturadas e perfeitamente documentadas, envolvendo o acompanhamento constante da eficácia do mesmo na cobertura dos riscos existentes. Como asseveram Cardozo e Costa Junior (2001, p. 41) “sem documentação, não há *hedging accounting*”.

O FASB classifica as operações com derivativos em 4 (quatro) categorias distintas. Esta classificação orientará toda a contabilização da operação (Lima e Broedel, 2001, p. 33):

I – No *designation hedge*: são todas as operações não-classificadas como *hedge*. Representam as operações de *trading*. A contabilização das perdas e dos ganhos com instrumentos financeiros derivativos nessa modalidade são reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

II – *Fair value hedge*: É o *hedge* feito para proteger determinado item ou conjunto de itens patrimoniais (ativos ou passivos ou compromissos firmes não-reconhecidos) contra variações de preço no mercado. Os ganhos e perdas no instrumento de *hedge* (*hedging instruments*) e nos instrumentos protegidos (*hedged items*) são contabilizados diretamente no resultado.

III – *Cash flow hedge*: é a operação de proteção de um fluxo de caixa futuro de um ativo ou passivo ou de proteção de uma transação esperada (*forecasted transaction*). A parcela efetiva dos ganhos e perdas com o instrumento de proteção é contabilizada em *Other Comprehensive Income* (conta do PL), ficando lá até que o fluxo que está sendo protegido aconteça, momento em que deve ser transferido para resultado. A parcela não-efetiva do *hedge* deve transitar diretamente em resultado pois não está vinculado ao resultado do fluxo protegido.

IV – *foreign currency hedge*: esta modalidade de proteção relaciona-se à negócios em moeda estrangeira realizados por uma entidade. Pode ser utilizada na proteção de um compromisso firme não-reconhecido (*firm commitment*), de um título ou valor mobiliário disponível para venda (*available-for-sale security*), de uma transação esperada (*forecasted transaction*) ou de um investimento líquido em uma operação internacional (*net investment in a foreign operation*). O procedimento contábil para estas operações envolvendo moeda estrangeira é a seguinte:

- ← O ganho ou perda em um instrumento financeiro derivativo ou não, utilizado para proteção de um compromisso firme, deve ser contabilizado em resultado paralelamente a perda ou ganho verificado no compromisso firme. Esse *hedge* é chamado de *foreign currency fair value hedge*.
- ← O ganho ou perda em um derivativo utilizado para *hedge* de um título ou valor mobiliário disponível para a venda, em moeda estrangeira, deve ser contabilizado em resultado em contrapartida à contabilização da perda ou ganho no título objeto de proteção. Este tipo de *hedge* também é chamado de *foreign currency fair value hedge*.
- ← A porção eficaz do *hedge* para proteção de uma transação projetada deve ser contabilizado no patrimônio líquido, sendo transferido para resultado somente quando a transação projetada afetar o resultado do período. A parcela não-eficaz do *hedge* transitará diretamente no resultado. Este é o *foreign currency cash flow hedge*.
- ← No *hedge* de um investimento líquido em uma operação internacional, o ganho ou perda no instrumento de *hedge* deve ser contabilizado em conta do patrimônio líquido (*other comprehensive income*), como uma parte do ajuste acumulado da conversão para moeda local (Lopes, 2001, p. 33-34)

Percebe-se que toda a contabilização dos instrumentos financeiros derivativos decorre da intenção manifestada pela entidade quando da realização da operação, tal qual ocorre nas normas relativas a contabilização de outros instrumentos financeiros como títulos e valores mobiliários que são classificados em para negociação, mantidos até o vencimento e disponível para venda⁸.

Uma observação interessante sobre a classificação feita no FAS 133 é que o mesmo reconhece a possibilidade de realização de operações de *hedge* com outros instrumentos financeiros que não sejam derivativos, no caso de *hedge* de compromissos firmes em moeda estrangeira e *hedge* de investimentos líquidos em operação internacional..

Relativamente ao disclosure das operações de *hedge*, o pronunciamento FAS 133 determina que sejam evidenciados:

- O objetivo, contexto e estratégias utilizadas em cada operação de *hedge*;
- A segregação das operações por tipo de *hedge* e por tipo de instrumento de proteção adotado;
- A política de gestão de risco para cada modalidade de operação de *hedge*, dentro de contexto da gestão de risco da entidade;
- Nas operações de *fair value hedge*, os ganhos e perdas líquidos reconhecidos em resultado no período de apuração relativos à ineficácia das operações, bem como da parcela efetiva do *hedge*, além do ganho ou a perda reconhecidos no resultados relativos ao *fair value hedge* de compromisso firme (*firm commitment*);

- Nas operações de *cash flow hedge*, a parcela ineficaz do *hedge* no período de apuração, além do montante relativo à parcela efetiva;
- Uma descrição das operações que redundarão na transferência dos ganhos e perdas do PL para o resultado, nos próximos 12 meses seguintes;
- O período máximo de proteção dos fluxos de caixa “*hedged*” pela instituição financeira; e
- O valor de ganhos e perdas transferidos para resultado em função da descontinuidade dos fluxos de caixa projetados.

4.2 A contabilização das operações de *hedge* segundo o IASB

A contabilização proposta pelo IASB, por meio do pronunciamento IAS 39 – *Financial Instruments Recognition and Measurement*⁹, tem linhas gerais semelhantes ao pronunciamento FAS 133 afeto ao tema, como destacam Lima e Broedel (2001, p. 34), abrangendo ainda outros instrumentos financeiros além dos derivativos, como títulos e valores mobiliários. O princípio geral do pronunciamento é que estes instrumentos devem ser classificados conforme a intenção do uso determinada pela entidade, podendo ser para negociação (*trading*) ou para *hedge*.

O IASB segregou as operações de *hedge* em 3 categorias, tal qual a sistemática adotada pelo FASB (IBRACON, 2002, p. 969): *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo caixa e *hedge* de investimento em entidade estrangeira.

O *hedge* de valor justo (*fair value hedge*) é usado em operações de *hedge* de variações no *fair value* da totalidade ou de parte de determinados itens patrimoniais, em função de riscos vinculados ao instrumento protegido, em operações que se espera que haja a eficácia na operação de proteção. Nesta modalidade de *hedge accounting*, os ganhos e perdas no instrumento de proteção e no item protegido devem ser reconhecidos em resultado quando de sua ocorrência.

O *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*) ocorre quando se utiliza derivativos ou outro instrumento financeiro para proteger fluxos de caixa de ativos ou passivos reconhecidos, de transações projetadas ou de compromissos firmes não reconhecidos, que diferentemente do FAS 133, não são caracterizados como *hedge* de fluxo de caixa. A contabilização da parcela eficaz do *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, evidenciado na demonstração de mutações do patrimônio líquido. A parcela não-efetiva do *hedge* deve ser refletida diretamente no resultado, se o instrumento de proteção for um derivativo ou em alguns casos específicos, no patrimônio líquido, para outros instrumentos financeiros.

O *hedge* de investimento em entidade estrangeira (*hedge of a net investment in a foreign entity*) é feito quando da utilização de um instrumento financeiro (derivativo ou não) com o objetivo de proteger investimentos líquidos em país estrangeiro, sujeitos a riscos cambiais. A contabilização dessa modalidade de *hedge* segue as mesmas características do *hedge* de fluxo de caixa no tocante a verificação das parcelas eficaz e não-eficaz do *hedge*.

No que tange ao *hedge accounting*, o pronunciamento do IASB define inicialmente os critérios que devem ser observados na qualificação de uma operação como *hedge*. São eles (Costa Junior, 2002):

- ⇒ As operações devem estar formalmente documentadas, ficando explícita a estratégia do *hedge*, enfatizando objetivos, instrumentos de proteção, instrumentos protegidos, risco que está sendo protegido e mecanismos de acompanhamento da efetividade da proteção;

- ⇒ Em se tratando de hedge de fluxo de caixa, a operação projetada deve ter grande probabilidade de ocorrência e deve evidenciar sua exposição às variações que possam impactar os resultados igualmente esperados;
- ⇒ O hedge deve ter grande probabilidade de ser eficiente na cobertura dos riscos de mudanças no *fair value* ou no fluxo de caixa projetado, convergindo com a estratégia citada no item anterior. O IASB define como *hedge* eficiente aquele no qual as mudanças no *fair value* ou no fluxo de caixa do item “hedgeado” são compensadas pelas mudanças no *fair value* ou no fluxo de caixa do instrumento de proteção, dentro do intervalo de 80% a 125%. Por exemplo, uma perda de 100 U.M. em determinado item protegido seria compensado por um ganho na faixa de 80 a 125 U.M. no instrumento de proteção;
- ⇒ As operações de *hedge*, seja de *fair value* ou de fluxo de caixa, devem ter sua eficácia mensurada de forma confiável; e
- ⇒ As operações de *hedge* devem ser acompanhadas de forma sistemática afim de constantemente ser verificado o grau de eficácia do *hedge*.

A evidenciação determinada pelo IAS 39 para as operações de *hedge* segue as determinações do pronunciamento IAS 32¹⁰ relativo ao disclosure dos instrumentos financeiros. São acrescentadas, ainda, as exigências a seguir:

- Dentro das políticas e objetivos visando o gerenciamento do risco, devem ser divulgadas as estratégias adotadas nas operações de *hedge* para as operações projetadas;
- Nas 3 modalidades de *hedge* apontadas no pronunciamento devem ser evidenciadas: o tipo de *hedge*, os instrumentos utilizados, o *fair value* desses instrumentos e os riscos que estão sendo objeto de proteção. No caso de *hedge* de transações projetadas devem ser evidenciados os períodos no qual se espera que ocorra o fluxo projetado e de apropriação do resultado, bem aquelas transações objeto de *hedge* que não mais se pressuponha sua realização.
- A entidade deve demonstrar os ganhos e perdas com instrumentos financeiros utilizados para *hedge* de fluxo de caixa contabilizados no PL.

4.3 A contabilização das operações de *hedge* no Brasil

Preliminarmente pode-se asseverar que a contabilização dos derivativos no Brasil tem várias peculiaridades. Por exemplo, não existe orientação legal para a contabilização dessas operações por empresas não-financeiras. A instrução 235/95 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM discorre somente sobre a evidenciação de tais instrumentos, conforme esclarece a FIPECAFI (2000, p. 481).

A normatização existente é a destinada às instituições financeiras por meio do COSIF. As mais recentes regulamentações, Circular BCB 3082 e Carta-Circular BCB 3023 (BRASIL, 2002), estabelecem os seguintes pontos no que tange as operações de *hedge*:

- É mantida a natureza *off balance sheet* dos derivativos. Os contratos a termo são considerados ativos ou passivos, dependendo da posição assumida pela instituição. Nos contratos futuros só são contabilizados os ajustes diários. Nos *swaps*, de igual modo, somente os diferenciais a pagar ou a receber são reconhecidos no balanço patrimonial. Nas opções, é registrado no balanço o prêmio pago ou recebido na contratação da operação;

- Os contratos devem ser avaliados, no mínimo mensalmente, a valor de mercado, com base em cotações de preço, comparações com produtos similares ou modelos de precificação utilizados pelo mercado e aceitos pelo Banco Central; e
- É dado destaque as operações com derivativos destinadas a *hedge*, utilizando-se a seguinte classificação: *hedge* de risco de mercado e *hedge* de fluxo de caixa. O *hedge* de risco de mercado, segundo a normatização do BCB, é aquele decorrente de variações no valor de mercado do item que é objeto de proteção. O *hedge* de fluxo de caixa destina-se a compensar variações no fluxo de caixa futuro da instituição. As variações nos preços dos derivativos utilizados para *hedge* de risco de mercado devem transitar diretamente pelo resultado da instituição. No caso do *hedge* de fluxo de caixa, somente a parcela não-efetiva do instrumento deve transitar pelo resultado. A parcela efetiva é transferida para o patrimônio líquido, enquanto não ocorrerem as variações nos fluxos de caixas projetados. Verificada tal situação, os ganhos e perdas contabilizados em conta do patrimônio líquido devem ser transferidos para o resultado do exercício.
- As operação de *hedge* devem ser documentadas e acompanhadas sistematicamente para efeito de avaliação da efetividade dos instrumentos de proteção;
- É necessário que as variações nos instrumentos derivativos utilizados nas operações de *hedge* compensem as variações nas posições protegidas dentro do intervalo de 80% a 125%.

Os procedimentos previstos na norma brasileira para a evidenciação das operações com derivativos utilizados para *hedge* envolvem a divulgação, por meio de notas explicativas, das posições mantidas por cada instituição financeira. Esta divulgação engloba os seguintes itens, conforme a Circular BCB 3082 (Brasil, 2002):

1. a política de utilização dos instrumentos derivativos e os objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos, em especial a política de *hedge*;
2. os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado, controles internos e parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos e os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos;
3. os critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas significativas aplicados na apuração do valor de mercado;
4. os valores registrados em contas de ativo, passivo e compensação segregados, por categoria, risco e estratégia de atuação no mercado, aqueles com o objetivo de *hedge* e de negociação;
5. os valores agrupados por ativo, indexador de referência, contraparte, local de negociação (bolsa ou balcão) e faixas de vencimento, destacados os valores de referência, de custo, de mercado e em risco da carteira;
6. os ganhos e perdas no período, segregados aqueles registrados no resultado e em conta destacada do patrimônio líquido;
7. o valor líquido estimado dos ganhos e das perdas registrados em conta destacada do patrimônio líquido na data das demonstrações contábeis que se espera ser reconhecido nos próximos doze meses;
8. os valores e efeito no resultado do período que deixaram de ser qualificados como *hedge*, bem como aqueles transferidos do patrimônio líquido em decorrência do reconhecimento contábil das perdas e dos ganhos no item objeto de *hedge*;

9. as principais transações e compromissos futuros objeto de *hedge* de fluxo de caixa, destacados os prazos para o previsto reflexo financeiro;
10. o valor e tipo de margens dadas em garantia.

Como se vê, a norma engloba uma série de orientações para evidênciação das operações com derivativos realizadas pelas instituições financeiras, inovando, em nível nacional, no que tange a classificação, contabilização e evidênciação das operações de *hedge*.

4.4 Comparativo entre as normas do FASB, do IASB e do Brasil sobre *Hedge Accounting*

O quadro abaixo sintetiza as principais normas de classificação, contabilização e evidênciação das operações de *hedge accounting* de acordo com o FASB, o IASB e a legislação brasileira.

Quadro 1 – Comparativo FASB, IASB e Brasil acerca do *Hedge Accounting*

Norma/Procedimento	FASB	IASB	Brasil
Classificação			
Classificação das Operações nas categorias de <i>hedge</i> e <i>trading</i>	Sim	Sim	Sim
As operações de <i>hedge</i> subdividem-se em: <i>fair value hedge</i> , <i>cash flow hedge</i> e <i>foreign currency hedge</i>	Sim	Sim. O terceiro tipo de <i>hedge</i> é chamado <i>hedge of a net investment in a foreign entity</i>	Só existe duas classificações: <i>hedge</i> de risco de Mercado (<i>fair value hedge</i>) e <i>hedge</i> de fluxo de caixa (<i>cash flow hedge</i>)
Crítérios e Contabilização			
No <i>fair value hedge</i> , os ganhos/perdas do instrumento de proteção vão diretamente para o resultado	Sim	Sim	Sim
No <i>cash flow hedge</i> a parcela efetiva do <i>hedge</i> é contabilizada em conta do PL. A parcela não-efetiva vai para resultado	Sim	Sim	Sim
No <i>foreign currency hedge</i> é observado se o instrumento de <i>hedge</i> é usado para proteger um determinado item patrimonial ou um fluxo de caixa em moeda estrangeira. A contabilização em resultado ou PL dependerá dessa classificação.	Sim	O <i>hedge</i> de um investimento líquido em moeda estrangeira segue a estrutura do <i>cash flow hedge</i> .	Não tem essa classificação
Para que a relação de <i>hedge</i> se estabeleça é preciso haver uma forte correlação entre as variações no instrumento de proteção e no item ou fluxo de caixa protegido.	Sim. Mas não é definido um intervalo.	Sim. É definido um intervalo ente 80% a 125%.	Sim. É definido um intervalo ente 80% a 125%.
A operação de <i>hedge</i> deve estar amparada em documentação comprobatória	Sim	Sim	Sim
Evidênciação			
É exigido uma divulgação qualitativa e quantitativa das operações de <i>hedge</i> (políticas de gestão de risco, objetivos, estratégias e exposições protegidas e valores justos dos instrumentos)	Sim. Sendo mais qualitativa.	Sim.	Sim
É exigido a divulgação das parcelas efetivas e não-efetivas em cada	Sim	Não	Não

modalidade de <i>hedge</i>			
É exigido divulgação dos valores contabilizados em PL, dos que foram transferidos deste para resultado no período e dos que estarão sendo transferidos nos próximos 12 meses	Sim	Sim	Sim

5. Conclusão

As operações de *hedge* representam importante ferramenta utilizada pelos administradores financeiros das entidades para a proteção de exposições a riscos, como o de taxa de juros e variação cambial. As mesmas são montadas objetivando uma compensação de perdas por resultados favoráveis de montante igual (*hedge* perfeito) ou aproximado (*hedge* imperfeito). Na prática, uma operação de *hedge* implica no travamento da rentabilidade de determinado instrumento financeiro pela definição do nível de remuneração de determinado componente patrimonial, em função da operação de proteção realizada.

Os principais instrumentos financeiros mais utilizados nas operações de *hedge* são os derivativos, dado suas características operacionais que permitem a montagem de estruturas de proteção que preservam as posições mantidas, funcionando por meio de mecanismos de compensação.

A contabilidade desenvolveu mecanismos específicos de contabilização dessas operações que buscam evidenciar o efeito dessas operações na estrutura patrimonial de qualquer entidade. Este mecanismo de contabilização é chamado de *hedge accounting*, sendo que o mesmo já está consagrado nas principais normas de contabilidade emitidas pelo FASB e pelo IASB. No Brasil, regulamentação específica para o SFN determinou a utilização do *hedge accounting* a partir de 2002.

O mecanismo de *hedge accounting* visa refletir na contabilização das operações de *hedge* que os ganhos ou perdas com um instrumento de proteção devem ser compensados pelas perdas e ganhos no item objeto de proteção. Quando o item protegido já compõe o patrimônio, as variações em seus preços e as variações nos preços dos instrumentos de proteção devem ser contabilizados diretamente no resultado do período. Se o item protegido é uma transação futura ou projetada já protegida, as variações nos preços dos instrumentos de proteção devem ser transferidas para conta do Patrimônio Líquido, aguardando a ocorrência do fluxo esperado para serem transferidas para resultado do período, compensando as possíveis variações no fluxo estimado.

O presente estudo faz uma apresentação comparativa das normas do FASB, do IASB e do Brasil sobre o *hedge accounting*, indicando que existem poucas diferenças nas linhas gerais das normatizações no que tange aos aspectos adotados na contabilização dos derivativos para *hedge*. A norma do FASB apresenta grau de profundidade muito maior tendo em vista que a mesma foi elaborada visando abranger o maior universo possível de operações existentes e que porventura pudessem ser estruturadas. A norma internacional (IASB), por sua vez, apresenta-se de forma mais resumida, mantendo as linhas gerais do pronunciamento do FASB, tendo no entanto pontos de divergência, tais como o relativo ao cálculo da efetividade do *hedge*. A norma brasileira aproxima-se, por consequência do não-detalhamento da norma internacional.

Pesquisas visando a verificação da mensuração, evidenciação e cálculo da efetividade das operações de *hedge accounting* devem ser realizadas, para que seja observado, dentre outros, se a adoção do mecanismo aperfeiçoa o *disclosure* do risco a que as entidades estão sujeitas.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA

- 1 ALVES, P. A. P. *Tratamento contabilístico das operações de cobertura: Necessidade e Alternativas*. Universidade de Aveiro. Instituto Superior de Contabilidade e Administração. Disponível em: <<http://www.apotec.pt/>> acesso em: 5 de novembro de 2002.
- 2 AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS-AICPA. *Banks and Savings Institutions. AICPA Audit and Accounting Guide*. New York: AICPA, 2000.
- 3 BORGES, C. E. C. *Derivativos*. Apostila para Curso Interno sobre Derivativos voltado para servidores do Banco Central do Brasil. Brasília, 2002.
- 4 BRASIL. Banco Central do Brasil. *Circular 3.082*. Brasília: 30 de janeiro de 2002. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>> acesso em: 21 de outubro de 2002.
- 5 BRASIL. Banco Central do Brasil. *Carta-Circular 3.023*. Brasília: 11 de junho de 2002. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>> acesso em: 22 de outubro de 2002.
- 6 CARDOZO, J. S. S.; COSTA JUNIOR, J. V. *Instrumentos derivativos e contabilidade de risco: a imperiosa busca pelo subjetivismo responsável*. Resenha da BM&F. São Paulo: n. 146 p. 32 a 51, jul. a set., 2001.
- 7 COSTA JUNIOR, J. V. *Instrumentos derivativos e contabilidade de risco*. Resenha da BM&F. São Paulo: n. 150, p. 51 a 62, jul. e ago., 2002.
- 8 FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- 9 HENDRIKSEN, E. S.; BREDAS, M. F. Van. *Teoria da Contabilidade*. Tradução da 5ª edição americana da obra Accounting Theory por Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.
- 10 HULL, J. *Introdução aos mercados futuros e de opções*. 2ª. ed. São Paulo: BM&F e Cultura, 1996.
- 11 IBRACON. *Pesquisa sobre Derivativos*. São Paulo: Boletim IBRACON 231, agosto, 1997.
- 12 IBRACON. *Normas Internacionais de Contabilidade 2001: Texto completo de todas as normas de Contabilidade e interpretações SIC existentes em 1º de janeiro*. São Paulo: IBRACON, 2002.
- 13 IUDÍCIBUS, S. de. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2000.
- 14 JOHNSON, L. T.; BULLEN, H. G.; SERIN, V. W. *Hedge Accounting : is deferral the only option?* *Journal of Accountancy*. V. 177, n. 1 p. 53(5). New York: AICPA, January 1994. Disponível em: <<http://www.periodicosapes.gov.br>. Acesso em: 17 nov. 2002.
- 15 LIMA, I. S.; LOPES, A. B. *Perspectivas para a pesquisa em Contabilidade: o impacto dos derivativos*. Revista Contabilidade & Finanças, FIPECAFI – FEA – USP. São Paulo: FIPECAFI, v. 15, n. 26, p. 25-41, maio/agosto, 2001.
- 16 LOPES, A. B. *Crítérios para Determinação da Eficácia do Hedge Accounting: Utilização da Correlação Simples Dentro do Arcabouço do SFAS Nº 133*. Anais do 1º. Seminário USP de Contabilidade. São Paulo: 2001. Disponível em: <http://www/eac.fea.usp.br>> acesso em: 24 de outubro de 2002.
- 17 PHILLIPS, L. D; KAROW J.C. *FASB's statement on derivatives. The impact on bankers*. Boston: *Commercial Lending Review*, v. 15, p. 15-22, 2000.

- 18 RYAN, S. G; *et al.* **Recommendations on hedge accounting and accounting for transfer of financial instruments**. Sarasota: *Accounting Horizons*, v. 16, p. 81-93, May/2002.
- 19 SAUNDERS, A. **Administração de Instituições Financeiras**. Tradução da obra *Financial Institutions Management* por Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 2000.
- 20 SILVA NETO, L. de A. **Derivativos: definições, emprego e riscos**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- 21 YOSHITAKE, M.; HOJI, M. **Gestão de Tesouraria – controle e análise de transações financeiras em moeda forte**. São Paulo: Atlas, 1997.
- 22 WILSON, A.C.; WATERS, G.; BRYAN, B. J. **The decision derivatives**. *Journal of Accountancy*. AICPA: New York: v. 186, i. 5, p. 24-29, Nov/1998.

NOTAS

-
- ¹ O fair value ou valor justo seria o preço aceito pelas partes em uma negociação. Geralmente é identificado como o preço de mercado do item sob avaliação.
- ² Publicado pelo *Financial Accounting Standards Board* - FASB em agosto de 1984. O FASB é a principal entidade normatizadora das práticas contábeis nos Estados Unidos da América do Norte.
- ³ Publicado pelo FASB em junho de 1998.
- ⁴ Podem ser citados os artigos “*Hedge-Accounting Rule More Bother than Profit Drain*” publicado na *American Banker*, “*Recommendations on hedge Accounting and accounting for transfer of financial instruments*” publicado na *Accounting Horizons* e “*FASB statement for derivatives and hedging activities*” publicado no *CPA Journal*, todos constantes da bibliografia.
- ⁵ Publicado pelo FASB em dezembro de 1981.
- ⁶ Publicado pelo FASB em agosto de 1984.
- ⁷ FAS 107 – *Disclosures about Fair Value of Financial Instruments*. Publicado pelo FASB em dezembro de 1991.
- ⁸ FAS 115 – *Accounting for Certain Investments in Debt and Equity Securities*. Publicado pelo FASB em maio de 1993, trata da contabilização de títulos e valores mobiliários.
- ⁹ O pronunciamento IAS 39 *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração* foi publicada pelo IASB em 15 de março de 1999.
- ¹⁰ IAS 32 *Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação*. Publicado pelo IASB em março de 1995.